

Líder peemedebista na Câmara pode sair hoje

Depois de uma acirrada e tumultuada campanha, três deputados — Luiz Henrique, João Herrmann e Milton Reis — disputam, hoje, a liderança do PMDB na Câmara. Pela manhã, os três debaterão na bancada, que, no final da tarde, iniciará a votação. Caso nenhum deles consiga maioria absoluta no primeiro escrutínio, será realizado amanhã o segundo turno. Com a desistência do deputado Carlos Santana, designado líder do Governo, a batalha pelo voto nas últimas horas concentrou-se em cima de seus eleitores. A bancada baiana, majoritariamente comprometida com Santana, reuniu-se à noite para uma nova avaliação. A mineira, em dúvida se mantinha ou não o apoio a Milton Reis, também se reuniu para um exame do quadro eleitoral.



Milton Reis, que à tarde garantia já ter 126 votos certos, quando são necessários 130 para a vitória, garante que, por ser também confiável aos conservadores do partido, será o herdeiro do espólio eleitoral de Carlos Santana. Sua candidatura, por sinal, parece ter recebido novos estímulos nas últimas horas. A dúvida entre os políticos é se está sendo impulsionada ou não pelo Planalto.

O deputado Domingos Leonelli, principal coordenador da campanha de Herrmann, chegou a advertir no início da noite que, se for constatado o apoio do Planalto a Reis, o seu candidato faria um acordo com Luiz Henrique para não dividir os votos progressistas. Essa é também a preocupação do deputado Miro Teixeira, receoso de que os conservadores unidos derrotem os progressistas desunidos.

Luiz Henrique, no entanto, demonstra tranquilidade e garante já ter 143 votos, fora os que espera obter com a desistência de Carlos Santana. Há várias semanas, Luiz Henrique, que tem a simpatia dos deputados Ulysses Guimarães e Pimenta da Veiga, mantém-se como o favorito da disputa.

Por sua vez, João Herrmann diz ter crescido bastante nos últimos dias, obtendo o apoio praticamente fechado de várias bancadas. Sua expectativa é de obter o segundo lugar no primeiro escrutínio, perdendo apenas para Luiz Henrique. E derrotá-lo no segundo turno com o apoio da maioria dos eleitores de Milton Reis. Herrmann trabalhou também pelo segundo voto dos deputados que já tinham definido a sua preferência por outro candidato.

A situação mais confusa, no entanto, é a de Milton Reis. Na segunda-feira, a bancada do PMDB, reunida na residência do deputado Aécio Cunha, considerou que não tinha ainda uma expectativa real de vitória. Vários deputados o pressionaram para que desistisse. No final, um acordo: ele teria que obter apoios mais palpáveis em outras bancadas ou o respaldo claro do presidente Sarney. Reis garante ter obtido os dois.

Esta será a primeira vez que a disputa no PMDB não ficou polarizada entre dois candidatos à liderança. Soma-se a isto, o fato da bancada estar majoritariamente renovada, e aumenta-se significativamente o grau de imprevisibilidade dos resultados.

Militares pedem direito de voto para os soldados

Belo Horizonte — O direito de cidadania e voto para cabos e soldados das polícias militares e corpos de bombeiros é uma injustiça que deve ser revogada pela Assembleia Nacional Constituinte, acabando com uma situação histórica que vem desde os tempos da primeira Constituição Brasileira de 1824. Assim opinou ontem, em Belo Horizonte, o tenente-coronel Emanuel Barbosa da Silva, chefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás.

Ao participar do III Congresso Brasileiro de Polícias Militares, no Minascentro, o representante de Goiás lembrou que não há justificativa de ordem tática ou estratégica para o impedimento e a situação fica mais grave, quando se sabe que, atualmente, não votam apenas os cabos e soldados e presidiários. Ele disse que o deputado Ulysses Guimarães, que participou do Congresso, prometeu empenhar-se na aprovação do voto para os cabos e soldados.

General aprova

O comandante militar do Leste, general de exército Rubens Mário Brum Negreiros, disse ontem, em Belo Horizonte, que o direito de voto para cabos e soldados das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros militares poderá, perfeitamente, ser examinado pela Assembleia Nacional Constituinte, a exemplo de outros assuntos de interesse nacional, mas é preciso fazer uma distinção entre os cabos e soldados profissionais e os que apenas prestam o serviço militar por nove meses.



Herrmann (dir) espera disputar o segundo escrutínio com Luis Henrique (esq.)

Políticos comprometem democracia, diz Jânio

Trôpego por causa de uma bursite e revelando entusiasmo pelo governo do presidente José Sarney, para quem defende a manutenção do mandato de seis anos, o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros (PTB) deixou, ontem, o Palácio do Planalto acusando a classe política de adotar "posições comprometedoras da democracia". Jânio disse que o país está perplexo e que o presidente precisa de "maior apoio popular e político".

Sem revelar o motivo da audicência que manteve, ontem de manhã, durante 40 minutos, com o presidente Sarney, Jânio disse que falta juízo na política brasileira citou exemplos:

— Toda essa convulsão, essa agitação e demagogia escancarada, essas reivindicações absurdas, essas acusações injuriosas, essas posições comprometedoras do regime, da democracia. Evitamos, porém, especificar as "reivindicações absurdas", limitando-se a devolver a pergunta a uma repórter:

— Ora, minha senhora, então eu vou ter que dizer para a senhora que é jornalista? Não as identifica, não?

Acompanhado do líder do PTB na Câmara, Gastone Righi (SP), e do governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, com quem mantém antiga amizade, Jânio negou poderes à Constituinte para reduzir o mandato de Sarney:

— A Constituinte não tem o poder de

alterar nenhum direito líquido e certo, e isso se aplica ao mandato de seis anos do presidente Sarney. Preocupou-se, porém, com a inflação, que classificou de "anti-sala da ditadura", comparando o momento atual brasileiro aos já vividos pela Alemanha no pós-guerra e pelo Brasil de 1964.

Sempre acompanhado por José Aparecido e Gastone Righi, o prefeito de São Paulo percorreu, ainda pela manhã, o Panteão da Pátria, tendo ao lado, também, o criador da obra, arquiteto Oscar Niemeyer. Jânio chegou ao Panteão debaixo de forte chuva, afirmando sentir "o odor de santidade" do local. Modesto, afirmou que não sabe, ainda, se tem algum mérito para ser feito, no livro metálico do monumento, onde serão registrados os nomes de vultos históricos brasileiros.

Ao subir com dificuldade as escadas do Panteão, que comprou a construção egípcia, Jânio mostrou um raro bom humor, brincando com sua própria doença:

— Perdi o azeite dos ossos, que deve ter sido aproveitado em alguma pastelaria.

Depois de admirar os painéis da Inconfidência, de João Câmara, Jânio assinou o livro de visitas e registrou que "aqueles que tiverem seu nome no livro metálico do Panteão terão vivido para a eternidade". Disse ainda que, por enquanto, somente o governador José Aparecido está perpetuado na obra, e manifestou o desejo de que "muitos nomes sejam incluídos no Panteão".



Com bursite, o governador de SP precisou da ajuda de Aparecido para andar

Maluf vai pagar mordomias

São Paulo — A segunda Câmara Civil do Tribunal de Justiça, encerrando julgamento iniciado a 23 de dezembro do ano passado, condenou ontem, por unanimidade, o ex-governador Paulo Salim Maluf e o ex-chefe da Casa Civil, Calim Eid, a repor aos cofres públicos quantia gasta indevidamente com presentes, flores, mimos e mordomias a correligionários, sem qualquer vinculação com o interesse público, no período de março de 1979 a junho de 1981.

A decisão condenatória foi proferida nos autos da ação popular que já atinge 14 volumes, proposta pelo deputado estadual pelo PMDB, Vanderley Macri, que envolveu ainda a ex-assessora especial de Maluf, Marina Belisqui e o então chefe do cerimonial Italo Miguel Alexandre Mastrogiovanni. Os dois últimos haviam sido condenados em primeira instância e foram agora absolvidos pelo tribunal que enten-

deu, acolhendo razões de apelação, que foram meros executores de ordem partida de Maluf e Calim.

O deputado Vanderley Macri, com base em documentação levantada no Tribunal de Contas do Estado, propôs a ação popular em março de 1982, pleiteando a devolução de Cr\$ 41.331.573,98 com juros e correção monetária.

O juiz da 6ª Vara estadual, Antero Loperfido, a 13 de agosto de 1984, julgou a ação procedente apenas em parte para condenar os quatro réus e repor Cr\$ 9.085.965,00, com juros e correção monetária.

O total dessa condenação, que passa agora a recair exclusivamente sobre Maluf e Calim, foi reduzido pelo Tribunal de Justiça que acolheu parcialmente apelação proposta por ambos para decidir que vários itens da defesa foram regulares.

Josemar Gonçalves

Ivaldo Cavalcante